

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PARAIBA
Setor de Doc. e História Regional
CAMPINA GRANDE - PB.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

"A ORIGEM DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO EM CAMPINA GRANDE"

Eronildo Barbosa da Silva

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
1985



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

Nota : 8,0
Marta Lucía Ribeiro Arango.

Agradecemos a todos que colaboraram de uma forma ou de outra para a concretização deste trabalho. Em especial a professora Marly Viana pela eficiente orientação e a companheira Marildes Bandeira Melo, pelo trabalho conjunto que desenvolvemos no processo de pesquisa e redação.

S U M Á R I O

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1 - MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL	7
1.1 - Articulação dos Movimentos Sociais Urbanos	11

CAPÍTULO II

2 - ORIGEM DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO EM CAMPINA GRANDE	17
2.1 - O Poder Municipal e o Movimento Comunitário	28
2.2 - A Igreja e o Movimento Comunitário	29
2.3 - Os Partidos Políticos e o Movimento Comunitário	31
2.4 - Perspectivas do Movimento Comunitário de C. Grande	35

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXO

53

A P R E S E N T A Ç Ã O

O que me estimulou a discutir e pesquisar neste trabalho a problemática dos movimentos sociais urbanos, notadamente o movimento comunitário em Campina Grande - Pb, deveuse fundamentalmente de duas situações que sempre me chamaram a atenção: a primeira está ligada a necessidade dos historiadores ocuparem o campo de estudo das relações sociais urbanas.

A invasão de um terreno público ou privado, a luta no sindicato por melhores salários e autonomia sindical, as reivindicações por água, energia, esgotos, telefone, segurança, habitação, etc; estudo das lutas contra a política do BNH, sobre a problemática do menor, das mulheres, sobre a discriminação das minorias, enfim, sobre situações que embora possam parecer pequenas e isoladas, têm uma importância o seu estudo para compreensão geral da sociedade. Por outro lado, a vitalidade e a pujança destes movimentos mostra que, se orientados para sair do campo puramente reivindicatório e do discurso, contribuirão decisivamente para a plena transformação da sociedade, apontando para a construção de uma pátria justa.

A segunda, refere-se a uma opção pessoal, movida pelo fato de ser militante do movimento comunitário, trabalhando junto a SAB do bairro de Santa Rosa, onde exerci o cargo de presidente interino e 1º Secretário duas vezes, o que me leva a tentar entender a relação que o mesmo trata com as demais forças do movimento social urbano, bem como a sua ligação com a Igreja, com os partidos políticos, dedicando maior atenção à subserviência do movimento ao Estado.

Para concretizarmos este trabalho tivemos que redobrar nossos esforços: a inexistência de material descritivo como relatos, divulgações e outros, nos limitou ao uso dos dados fornecidos através de entrevistas e pesquisas em jornais, além de questionários que foram respondidos por políticos, presidentes de SABs, intelectuais, pessoas ligadas a Igreja, etc.

O relacionamento com as fontes foi claro e franco e, com algumas ressalvas, não houve constrangimento na exposição de seus pensamentos. Daí a fundamental importância do material colhido, por ser a base que nos forneceu a aproximação do real vivido.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a complexidade da compreensão teórica e metodológica dos movimentos sociais urbanos, buscamos mostrar a opinião de vários estudiosos no assunto, esperando contribuir no sentido de se formar uma idéia mais clara do conceito de movimentos sociais urbanos.

Os movimentos sociais urbanos, de modo geral, particularmente no que tange a sua dinâmica política, são inda elementos de estudos considerando seu caráter controvertido e a importância de sua análise.

Segundo Luiz E. Wanderley, tais movimentos "emergem da sociedade civil e têm composição social heterogênea. Suas reivindicações situam-se na esfera do consumo e suas práticas organizativas têm como interlocutor o poder público, visando melhores condições de vida no meio urbano. São movimentos típicos do processo urbano industrial".¹

Antonio Ivo de Carvalho² diz que o caráter policlassista desses movimentos e o fato de se desenvolverem à margem da produção, têm sido elementos usados para sustentar a tese de que são incapazes de ultrapassar o imediato das reivindicações urbanas. Essa tese estaria fundamentada na seguinte ordem de questões: 1) as contradições urbanas são de caráter conjuntural e, portanto, solucionáveis nos marcos do sistema capitalista; 2) os movimentos não teriam força para, em circunstâncias mais favoráveis em termos da melhoria urbana, resistir a absorção política pela classe dominante.

1. WANDERLEY, L. Eduardo - "Movimentos Sociais Urbanos". In: Pastoral Urbana - série Teologia em Diálogo, São Paulo, Paulinas, 1980.
2. CARVALHO, Antonio Ivo de. Movimento de Bairro e Política. São Paulo, abril, 1978 (mimeografado).

Ana Maria Doimo, procura analisar a questão a partir "da base" social heterogênea e/ou policlassista dos movimentos sociais urbanos, considerando as visões mais ortodoxas que subestimam e/ou descaracterizam por causa disso, a sua importância".³ Nesse particular, é oportuno tomar em consideração a crítica feita por José Álvaro Moisés⁴ à interpretação mecanicista do conceito de classes sociais, cuja utilização tem se mostrado incapaz de servir a compreensão de conflitos sociais nos países dependentes, onde a natureza do capital monopolista alija amplas parcelas da força de trabalho do processo produtivo propriamente dito, ampliando sobremaneira o exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que acirra as contradições urbanas derivadas do comportamento da exploração monopolista do capital. Neste sentido, o suporte social heterogêneo que compõe as bases populares não é concebido a partir da esfera do consumo, mas a partir da produção. O que está em jogo, diz Moisés, "é o conjunto de setores sociais que vivem da venda de sua força de trabalho e que, como tal, integram o exército industrial de reserva".⁵

Representando o pensamento funcionalista no estudo dos movimentos sociais urbanos, encontra-se Carlos Nelson F. dos Santos, que tenta explicar a complexidade dos movimentos urbanos "a partir da trajetória: início da luta, ascensão, contato com as autoridades (Estado) e descenso ou desmobilização".⁶ Na verdade, o autor, em seu trabalho, chega a afirmar que "depositar nos movimentos sociais urbanos muitas esperanças de mudança social equivale a acreditar em milagres".⁷ Com esse raciocínio, Santos mostra não conhecer a força da organização que o movimento está adquirindo em nosso país, bastando ver, como

3. DOIMO, Ana Maria. - Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular, Petrópolis, Vozes, 1984, p.22.

4. MOISÉS, J. Álvaro. Classes Populares e Protesto Urbano, São Paulo, FFLCH, USP, 1978 (tese doutorado).

5. Id., Ibid., p.9.

6. SANTOS, Carlos Nelson F. Movimentos Urbanos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 240.

7. Id., Ibid., p.240.

exemplo, a força das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) na luta contra a carestia, o vigor das greves que se realizaram em nosso país em 1978, notadamente no ABC Paulista, ou mesmo as grandes lutas que vêm se desenvolvendo no Brasil inteiro, como a luta dos mutuários, favelados, posseiros, camponeses, sindicalistas, etc., que, em muitos casos, já buscam a integração dos diversos setores que têm em comum a exploração do governo, do patrão e do latifundiário, tornando o movimento social urbano forte e pujante.

A questão que se coloca hoje para o movimento social urbano é de como manter a motivação para uma participação continuada e como articular tais movimentos a um movimento social mais amplo: eis a questão que deve ser enfrentada. Tarefas nada fáceis, segundo Ana Maria Doimo, para a qual, certamente, um referencial teórico-metodológico estruturalista e funcionalista muito pouco contribuirá (...).⁸ É claro que não podemos classificar qualquer reivindicação urbana como movimento social urbano propriamente dito, pois este deve conter germes de transformações sociais. Isoladas de outras lutas populares, as lutas urbanas representam manifestações de fraco alcance político, pois mesmo que consigam algumas vitórias imediatas, concorrem para a modernização pura e simples da sociedade. Assim, para a compreensão do seu caráter, impõem-se no plano metodológico a postura de apreendê-los como uma expressão particular dos conflitos de classes, para teoricamente, entendê-los com base nas relações estabelecidas entre as contradições urbanas e o processo político. Isso, evidentemente, implica na sua consideração como parte de um processo histórico, assim como na apreensão das orientações político/ideológicas presentes no seu interior.

Castells, define movimento social urbano como "um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, a um tempo, pela inserção dos agentes-suportes na estrutura urbana e na

8. DOIMO, Ana Maria, op.cit. p.23.

estrutura social, e de natureza tal que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano, ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado".⁹

Na mesma linha de Castells, escreveu Jordi Borja, definindo ' que "a emergência dos movimentos sociais urbanos se explica pela presença das contradições urbanas".¹⁰ Para ele, tais movimentos sociais' urbanos são ações destinadas a evitar a degradação das condições de vida, para a obtenção da adequação destas a novas necessidades. Essas ações, em confronto com o Estado, dão lugar a efeitos urbanos (modificação da relação da população com o poder político no sistema urbano) e específicas que podem chegar a modificar a lógica do desenvolvimento urbano.

Sem embargo, notamos que o movimento social urbano é produto ' das contradições do capitalismo, que por não ter condições de resolver os problemas que a cada dia mais se avolumam, buscam o Estado para servir de mediador entre o cheque que se verifica quando do embate explorador x explorado. As limitações no campo político destes movimentos não podem ser vistas' sem a perfeita harmonia com o conjunto ' dos blocos que estão atuando.

Portanto, mesmo existindo o caráter policlassista, e sua base de unidade não residindo numa categoria, as contradições palpáveis ' que atingem indiscriminadamente o conjunto da sociedade que está dentro da faixa de explorados fazem brotar os movimentos sociais que, a cada dia e a cada luta, se mostram mais pujantes.

9. CASTELLS, Manuel. "Pobreza Urbana e Organização Social: Análise ' Comparativa de Movimentos Sociais em Assentamentos Espontâneos na América Latina". Recife, Dezembro, 1978.

10. BORJA, Jordi. Movimentos Sociales Urbanos. Buenos Aires, Nueva Visión, 1975.

ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

O desenvolvimento das áreas urbanas brasileiras recebeu forte impulso a partir da década de 30, com o processo de industrialização, em consequência de uma ampliação de atividades produtivas em algumas áreas, assim como nas atividades que implicaram na sua reprodução. Tal desenvolvimento não foi um simples reflexo mecânico da estrutura econômica, mas também resultado de um processo social, onde diversos agentes intervieram de acordo com interesses próprios. Segundo José Álvaro Moisés,¹¹ três agentes principais marcaram sua presença no contexto urbano: as classes dominantes utilizaram-no como fonte de capitais e força de trabalho; as classes populares atuaram na sentido de assegurar as condições necessárias a sua reprodução e, finalmente, o Estado se caracterizou pela mediação entre esses dois interesses e como supridor de certas insuficiências onde os setores privados não têm interesse em agir, pois são setores não lucrativos, como, por exemplo, os serviços de assistência social.

"As contradições urbanas expressam as condições globais de capitalismo e se manifestam em relação à ocupação do solo urbano e das moradias e outros em detrimento das necessidades coletivas como carências habitacionais, taxas de transportes coletivos, infraestrutura, saneamento básico, energia elétrica, segurança, saúde, etc."¹² O Estado influi, portanto, decisivamente no processo de condições urbanas, por estar comprometido com a classe dominante, geradora do capital. A própria política, aplicada nesse amaranhado de lutas de classes, desenvolve os conflitos sociais, de onde emergem os movimentos sociais que buscam a todo momento encontrar formas alternativas que possam responder, mesmo que paliativamente, aos seus anseios e desejos naturais de

11. MOISÉS, J. Álvaro. "Elementos para a Crítica da Ação Profissional sob o Pressuposto da Participação Social", Revista Serviço Social e Sociedade, Nº1, São Paulo, Cortez, Setembro, 1979.

12. KLEINSHMIDT, Carin e SILVA, Jorgina Maria da - Movimento Popular e Serviço Social, Petrópolis, Vozes, 1984, p.34.

viver condignamente e de poder possuir moradia e trabalho.

Historicamente, o aumento das contradições que foram se acumulando durante o período do Estado Novo, estimulou o crescimento dos movimentos populares e operários, que foram se tornando uma ameaça para as classes dominantes que tentavam impedir a união das classes populares, mais especificamente do operariado. No governo Vargas, na década de 30, várias leis autoritárias ^(FORAM Promulgadas) como a incorporação do sindicato livre ao Estado e às leis da República, perdendo então, o sindicato sua autonomia. Mesmo sob este fogo cruzado da classe dominante, os movimentos resistiram, e, a partir dos anos 40, novas formas de participação social e política das classes populares foram fortalecendo. Por exemplo: associações de moradores, centros comunitários, liga de camponeses, união de vilas e favelas, vários tipos de associações, etc.

O surgimento das Sociedades de Amigos de Bairros - SABs, em São Paulo é um exemplo característico. Surgidas a partir das Sociedades de Amigos da Cidade - SAC, em 1934, por iniciativa de profissionais liberais e de figuras da chamada "aristocracia paulistana", cumpriram o papel de orientar o crescimento já então intenso e pouco controlado de São Paulo. A partir da Segunda Guerra o trabalho nessas associações foi intensificado, segundo os interesses populistas. "Funcionavam como elos de ligação entre a população e o poder público, que tinha possibilidade de atender, pelo menos em parte, às reivindicações assim apresentadas".¹³ Tratava-se, no fundo, de trocar as obras e os serviços financiados pelo erário público, pelo voto dos beneficiários.

Observa-se que neste período, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o Estado podia levar adiante a ideologia de

13. SINGER, Paul & BRANT, V. Caldeira. São Paulo O Povo em Movimento. São Paulo, Vozes, 1980, p.87.

envolvimentista, numa política de troca de favores, permitida, entre outras coisas, pelas disponibilidades de capitais, principalmente no mercado externo. Era uma conjuntura que possibilitava, embora moderadamente, uma distribuição da renda capaz de incorporar as massas, ainda que dentro de certos limites.

A década de 50, e os primeiros anos de 60, foram marcados pelo progressivo desenvolvimento de políticas populistas, que tentavam por todos os meios controlar o conjunto das entidades democráticas, na tentativa de conseguir apoio para seus projetos políticos.

"Com o advento da famigerada 'Revolução' de 1964, com a repressão que se abateu junto a todas as formas de organização popular e com a perda da capacidade por parte do Estado, de acionar esquemas de legitimação através de barganhas - já que agora o avanço das formas produtivas monopolistas exigia que os recursos públicos ficassem quase que exclusivamente a mercê de sua reprodução ampliada, houve um significativo descenso desses movimentos".¹⁴

"Procurando fazer face à política institucionalizada pela ditadura no pós-64, surge um movimento na Igreja, em que parcela importante dos seus quadros passam a "optar" por uma Igreja combativa, forçada por uma conjuntura que exigia da Igreja respostas para a violência e a repressão, que se abatia sobre os movimentos sociais de um modo geral. A ala progressista da Igreja Católica, força de oposição ao regime, propicia espaços para discussões e reflexões a respeito dos problemas sócio-econômicos e políticos da população, incentivando a criação dos Movimentos Eclesiais de Bases (MEBs) ou Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), para a participação das classes populares".¹⁵

14. DOIMO, Ana Maria. op.cit., p.29.

15. LIMA, Luiz Gonzaga de Sousa, Alternativas Populares da Democracia - Brasil anos 80, Petrópolis, Vozes, 1982, p.50.

A mobilização dos estudantes na famosa passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, em 1968, as greves operárias ocorridas em Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais), também no mesmo ano, além da crise do caso de Márcio Morreireira Alves, serviram como álibi, para a ditadura militar estabelecer a censura no país.

O silêncio que imperou até 72/73, começou a ser rompido. O "milagre econômico" aparentava cansaço e a inflação começava a disparar; greves, protestos e manifestações irromperam em São Paulo e nos grandes centros urbanos; cento e oitenta e três (183) greves foram registradas em 1979.

Uma nova etapa de fortalecimento do movimento popular brotava no país: aos poucos movidos pela experiência adquirida no processo de luta, as diversas variantes do movimento popular vão ganhando experiências e, neste sentido, vai surgindo uma consciência crítica que apontava para uma maior clareza da realidade. No final da década de 70, os trabalhadores da Ford e Wolkswagem entram em greve. No ABC pararam 70 mil operários. No Espírito Santo, motoristas e tracadores de ônibus entraram em greve. Os trabalhadores da construção civil, pararam 10 dias em São Paulo, e além disso, crescia em todo país o Movimento Contra a Carestia - MCC, aglutinando parte substancial da sociedade civil.

Em agosto de 1979, após uma ampla campanha pública, foi decretada a anistia. Muitos brasileiros presos ou exilados foram beneficiados pela medida e procuraram, não sem dificuldades, integrar-se de novo a vida nacional.¹⁶

O caso do Rio Centro, os atentados contra bancas de jornais e o terrorismo contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 1981,

16. ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia & RIBEIRO, Marcus Venício - História da Sociedade Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livro Técnico S.A., 1983, p.318. Li

iam a cada dia empurrando o regime militar para a lata do lixo. Ainda em 1981, bispos reunidos em São Paulo criticaram o regime e propugnaram por mudanças profundas que abrissem espaço para a criação de organismos comunitários, como associações de bairros e outros. A nova realidade que tomava conta do Brasil atingia de maneira geral todas as variantes do movimento popular, e neste sentido, engajados nesta luta, estava os bairros em que seus jornalzinhos criticavam o governo e apontavam para maior organização do movimento popular, visando somar forças para exigirem do governo mudanças profundas na estrutura social-política-econômica do Brasil.

Visando esta participação conjunta dos movimentos populares, é que, em 1980, em São Paulo, sindicalistas, líderes comunitários e representantes de movimentos de todo país, se reuniram objetivando analisar o progresso alcançado destes movimentos no Brasil, bem como tiraram propostas conjuntas de ação para maior organização das atividades. Um ano depois em Toboão (São Paulo), novamente o movimento popular se encontrou para discutir os problemas que afetavam diretamente as variantes do movimento popular, objetivando encontrar uma forma de combater conjuntamente estes males

Já em 1982, mais de cinco mil delegados de vários pontos do Brasil, reuniram-se em Praia Grande, SP, a fim de realizarem o 1º Congresso Nacional de Associações de Moradores (CONAM), onde se discutiu a necessidade de uma maior articulação política do movimento comunitário com as diversas correntes do movimento popular, objetivando verificar a luta por melhores condições de vida, por uma reforma agrária profunda, rompimento do FMI, protesto política do BNH, fim do arrocho salarial, fim da ditadura militar, etc. Também, em 1984, depois de vários encontros estaduais onde aprofundou-se a discussão sobre a conjuntura nacional, São Paulo sediava o 2º CONAM, que além de abordar a necessidade de um candidato único para as oposições, elaborou um plano de saída para a crise nacional. Segundo a CONAM, a solução da crise passa, entre outras coisas, por uma nova constituinte, moratória da dívida externa, reforma agrária, autono

mia sindical, liberdade de organização, reforma tributária, criação de um novo órgão para dirigir a política habitacional, por melhores transportes coletivos, por uma política de pleno emprego, etc.

II - CAPITULO

ORIGEM DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAMPINA GRANDE

Em meio a problemática dos movimentos sociais urbanos procura['] mos destacar especificamente o movimento comunitário de Campina Grande, que expressa uma grande força e acentuada capacidade de organiza^ção, destacando-se como a força social mais ativa dentre as organiza^ções populares da cidade. As SABs são instrumentos bastante importan^tes na batalha que se trava entre os poderes públicos e a comunidade. Estas entidades, dependendo de sua capacidade de organização e comba^tividade, podem servir de instrumento de transformação social, orien^tando o seu filiado e/ou comunitário para a importância da luta que se trava no sindicato, na justiça ou nos diversos campos da atividade social-econômica e política; por outro lado, existem a entidade apeⁿas por capricho pessoal, ou político-eleitoreiro, destinado a mesma['] a ser cabo eleitoral ou mesmo cabide de empregos. Nas associações maⁱs combativas o processo de sua dinâmica funciona dentro dos princí^pios democráticos, procurando resolver os diversos problemas que che^gam à entidade, de forma coletiva, elegendo em assembléia geral comis^sões específicas para tentarem resolverem, junto às autoridades compe^tentes, os problemas comunitários. A relação que estas entidades tra^vam com o poder municipal é uma relação de colaboração, sem que isto venha ferir os princípios que norteiam a liderança e a comunidade. No caso das entidades comunitárias dirigidas por pelegos, a coisa toma['] outra direção, pois a relação é de subserviência às autoridades, e os problemas de que o bairro ressent-se, são resolvidos a conta-gota. Quando se aproxima a época de eleição, o presidente pede ao prefeito para colocar calçamento em tal rua ou fazer meio-fio e linha d'água, na rua de fulano, a fim de conquistar votos na organiza^ção comunitá[']ria.

A relação destes presidentes com a diretoria é de mandonismo, não aceitando de maneira alguma que seu ponto de vista seja crítica do pelo quadro de diretores, ficando patente a falta de democracia tanto nas assembléias gerais como nas reuniões de diretoria. A entidade, na concepção destes pelegos, passam a ser propriedade privada, onde um ano ele dirige a SAB e no outro ele coloca algum confiável que permita_lhe dar as captas e sair como candidato na próxima eleição. Como se isto não bastasse, este tipo de "líder comunitário", procura interferir na vida orgânica das outras entidades do bairro como Clube de Mães, Clube de Jovens, times de futebol, etc., a fim de garantir a sua perpetuação a frente do destino da comunidade, mantendo um suposto "status de prefeito" da comunidade. Neste particular, tentaremos, dentro de nossas limitações, abordar esta complexa relação que o movimento comunitário de Campina Grande, notadamente as SABs e Clubes de Mães, têm com os partidos políticos, Igreja, outras entidades da sociedade civil, bem como a relação histórica de dependência aos poderes públicos.

O movimento comunitário em Campina Grande tem sua origem na segunda metade dos anos 40, com a criação das ligas de defesa de bairro, sendo depois conhecidas como associações de bairro que atuaram nos bairros da Prata, José Pinheiro, Monte Castelo e rua do Fogo (Estação Velha).

As primeiras associações de bairro eram, na sua maioria, dirigidas e/ou influenciadas pela política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, no pós guerra, adotou como estratégia prática o estímulo ao trabalho de massas, no sentido de se criarem novas entidades populares, objetivando engrossar e fortalecer o movimento social urbano e rural que, por força do processo de redemocratização atravessava uma fase fértil de mobilização, tanto no mundo como no Brasil.

Para José Peba Parreira, comunista e ativista político da época, o que centralizou e estimulou o surgimento destas organizações

num primeiro instante, foi "a profunda necessidade de melhoria das condições de trabalho e higiene do matadouro municipal, que apresentava um quadro de acentuada deteriorização material e moral, caracterizando-se desta forma como uma reivindicação generalizada da população".¹⁷ A construção das pontes do José Pinheiro e Santo Antonio e o calçamento de parcela da área compreendida pela localização da feira do mercado central representou importante bandeira de luta da associação de bairro de José Pinheiro e Monte Castelo, destacando-se a participação ativa das mulheres que trabalhavam naquela área, como fateiras.¹⁸

Na passagem do ano de 1947 para 48, foi criada nesta cidade a Associação de Donas de Casa, tendo como 1º presidente efetivo a senhora Helena Simplício de Lima, empossada na sede do Paulistano Clube, no final de 1949, na presença da deputada Estadual do Pernambuco Adalgisa Cavalcante, que veio participar especialmente da solenidade, aproveitando a oportunidade para convidar a associação para participar de um Congresso de Mulheres que realizou-se na cidade do Recife, em 1949, sendo a entidade representada na capital pernambucana pelas senhoras NEUZA e TINA, diretoras da associação.

A principal luta reivindicatória das donas de casa, encabeçada pela sua entidade, foi contra o aumento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, principalmente o pão, que subira de 20 para 50 centavos em 1949; destacada participação teve a Associação, quando da greve dos trabalhadores na construção civil ocorrida nesta cidade, também em 1949, onde as mulheres estiveram presentes, prestando não só a solidariedade, mas, participando ativamente do processo de discussão e encaminhamento da greve.

17. PERREIRA, José Peba. Militante do PCB e Líder Sindical da década de 40 a 60, (entrevistado).

18. FATEIRAS: mulheres que desenvolvem a função de tratar fatos de animais.

As diversas lutas populares que foram travadas em Campina Grande, no período de 1945 até a segunda metade dos anos 50, na sua expressiva maioria foram dirigidas pelas Associações de Bairro, Associações de Donas de Casa e diversos sindicatos, sendo estas entidades intérpretes da política do PCB, que de certa forma manipulava o movimento popular, por ter o controle das associações e entidades de massa.

"Eram profundas as dificuldades que as entidades comunitárias viam encontrando para resolver os diversos problemas surgidos na comunidade, na medida em que os problemas de saúde, educação, lazer, segurança, saneamento básico, falta de energia, água, transporte, etc., iam se ampliando e as soluções paliativas de diferentes governos municipais não davam respostas práticas as reivindicações; as associações, paulatinamente, perdiam sua influência caindo no descrédito da comunidade!"¹⁹ O lançamento do manifesto do PCB, em agosto de 1950, orientando os seus militantes para criar em entidades paralelas que não tivessem relação com a política de Dutra e depois com Vargas, foi de certa forma um elemento de peso que veio propiciar o fechamento das associações de bairro e outras entidades no final dos anos 50. Pelo fato de muitos dirigentes serem ligados ao partido e com uma posição política sectária não entendendo a situação política do país, muitos ficaram paralizados, abrindo desta forma um grande espaço que veio a ser preenchido por instituições burguesas, no caso a Escola de Serviço Social que passou a fundar novas entidades comunitárias, alçadas de Sociedade de Amigos de Bairros (SABs).

No final da década de 1950 e início de 60, Campina Grande e sua zona de influência apresentavam um quadro conjuntural adverso, provocado pela falta de competitividade dos nossos principais produtos: o sisal e o algodão perderam posição no mercado internacional, o que provocou uma acentuada crise no setor agrícola do comparti

19. FONTES, Iedo Leite. "Finalmente o que é uma SAB?", Campina Grande, Agosto, 1982, p.1 - Manifesto.

mento da Borborema,²⁰ A tal crise somou-se a falta de crédito, equipamentos, inseticidas, a oscilação dos preços agropecuários e a falta de chuvas, culminando com uma massiva expropriação camponesa, sendo a região Sudeste e a cidade de Campina Grande, as principais áreas de absorção deste processo migratório, oriundo do sertão e do compartimento da Borborema. "A maioria eram trabalhadores da agricultura, arrendatários, meeiros, diaristas, que deixaram a agricultura porque as terras em que trabalhavam rendiam pouco por estarem cansadas e os "patrões", querendo aliviar a crise que estavam atravessando, aumentaram o preço de renda das terras".²¹

Esta população, ao chegar a cidade, procura um meio de vida, um emprego estável, etc. Porém na realidade que Campina Grande vivenciava com a crise, raramente se encontrava um emprego. Tentando sobreviver, os migrantes trabalhavam como serventes de pedreiros nas obras, "pegavam no pesado" nas indústrias, trabalhavam na feira como carregadores e/ou tornavam-se camelôs. Alguns homens, que de certa forma conseguiam um emprego nas indústrias ou no comércio, integravam sua família no circuito do consumo, podendo fazer uma pequena feira e alugar uma casa na periferia; mas, os empregos não eram estáveis. Documentos da época citam: "entre nove e dez meses de trabalho é comum os trabalhadores serem dispensados. As firmas não querem pagar férias nem indenização, quando botam o trabalhador no olho da rua. Se foi bom operário, isto é, deu "duro", matou-se no trabalho, será readmitido; o jeito é procurar novo emprego, o que geralmente demora entre dois a três meses para encontrar".²²

20. Compartimento da Borborema: área geográfica composta por diversas cidades que estão na área econômica e cultural de C. Grande.

21. Revista do Município de Campina Grande, 1962, p.39.

22. op.cit. p.39.

Do ponto de vista da estrutura urbana, o governo municipal estava investindo na construção do Teatro Municipal, no viaduto da Av. Marechal Floriano Peixoto e no projeto de construção do estádio de José Pinheiro. No entanto, a cidade (apesar das construções faraônicas) ressentia-se de falta d'água, (em quantidade e em qualidade), pois a água não tinha tratamento adequado. Faltava rede de esgoto, a luz era fraca, havia carência de escolas, de serviços médicos, etc. Havia um número razoável de favelas espalhadas pela cidade e um número muito grande de velhos e crianças esmolando pelas ruas, principalmente na sexta e no sábado, por serem dias de feira.

O aumento desta população móvel veio acarretar, para estrutura da cidade que já se encontrava abalada, vários problemas sociais dos mais sérios. Os alugueis das casas (quando encontradas para alugar) variavam entre Cr\$ 100 e Cr\$ 500 e, para casas consideradas inferiores, entre 5 e 15; de 15 e 30 mil eram as mais raras, modestas, mas situadas em áreas mais próximas do centro. A existência de favelas, casebres, habitações sub-humanas, etc., começou a ocorrer nesta cidade no início dos anos 40, mas, o processo se intensificou de maneira brusca, com o final dos anos 50, impulsionado pela crise generalizada que abateu-se sobre o município, transformando num curto espaço de tempo toda estrutura econômica-social e política, deixando como herança para as novas gerações problemas dos mais diversos com soluções difíceis.

Para o Nordeste, a década de 50 e início dos anos 60 nos mostra uma região com graves tensões econômicas-sociais e políticas, que passam a assustar as classes possuidoras e a sociedade de modo geral. A emergência e a proliferação das ligas camponesas como veículo de mobilização e ação política da classe trabalhadora rural, em uma área marcada por problemas de seca, morte de camponeses, alto índice de desemprego, acentuado grau das mais diversas doenças e, uma profunda concentração da renda e da terra, e com uma relativa densidade demográfica, são encarados como uma forte ameaça aos grupos po

derosos em escala nacional e internacional, que temem a irrupção de uma nova Cuba na América Latina. "Já em 1959 a cadeia ABC de televisão americana, sob o manto de aparente simpatia pela causa trabalhadora divulga documentário que na verdade representa um alerta contra as ligas camponesas".²³

No plano político, econômico e social, o Brasil convivia com uma política populista herdada de Getúlio Vargas que encontrava em João Goulart, seu mais fiel continuador e discípulo. A política tinha como base uma dura centralização nos recursos do país. Isso estimulava o movimento popular a exigir mudanças, conquistando na luta uma consciência nacional popular e o engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. O processo de conscientização e politização atingiam operários, camponeses, estudantes e intelectuais.

Refletindo a crise generalizada que o Brasil atravessava, ressurgiu em Campina Grande o movimento comunitário organizado, com o nome de Sociedade de Amigos de Bairros (SABs), em 1962. O motivo principal que desencadeou o ressurgimento do movimento comunitário não foi, na verdade, o povo organizado, mas, a criação da Escola de Serviço Social. Representando o pensamento da classe dominante e a preocupação do poder local, aquela instituição educacional, enviou professores e estagiários de Serviço Social às comunidades, objetivando criar as condições materiais para o surgimento das SABs, criando desta forma, no nascedouro, a possibilidade da entidade independente das instituições burguesas, que interessadas no controle dos movimentos sociais, notadamente o movimento comunitário em nosso caso específico, adiantou-se às massas e executaram as tarefas históricas que pela sua finalidade pertencem às lideranças populares.

Participou na criação das SABs a Escola de Serviço Social - que foi o principal agente -, parcela importante da

23. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.120. Ja

Igreja católica e o poder municipal. No caso da Igreja, a sua participação é explicada a partir de uma linha de atuação que daquela instituição passa a adotar a nível nacional, destacando-se de um clero reformista, atrelado às classes dominantes, para uma prática reformista social e econômica na perspectiva da ascensão das classes populares. Quanto ao poder municipal, a sua participação é explicada pela prática cleintelista de fazer política, cooptando as entidades para servirem de intérpretes de sua vontade política pela mais variadas formas. No caso específico de Campina Grande, o poder municipal entrou com dinheiro ^(Fazul) para curral eleitoral, o que vai ser uma constante em toda história do nosso movimento comunitário.

"A primeira Sociedade de Amigos de Bairro (SAB), de Campina Grande - Pb, surgiu no bairro de José Pinheiro, sendo idéia de um grupo de moradores, incentivado pelas estagiária de Serviço Social e pela Igreja".²⁴ O bairro de José Pinheiro foi escolhido após uma pesquisa sócio-econômico dos problemas sociais do bairro, realizada por alunas da Escola de Serviço Social, visando detectar os aspectos físicos e sociais da área.

O bairro apresenta índices que influíram na escolha. Sua população era bastante densa, apresentando 25.000 habitantes, afetada por problemas sociais dos mais diversos, os quais lhe davam o conceito de bairro problema.

A idéia de se formar SABs em outros bairros logo tomou conta da cidade e em seguida a experiência de José Pinheiro, foram fundadas as Sociedade de Amigos de Bairros da Vila Cabral (em 1962), Monte Castelo { 1963}, Santa Rosa. (1964), sendo que até 1968. dezenove SABs foram criadas.

24. SANTOS, Lindauria Pereira dos. Uma Análise da Atuação do Assis-
tente Social, nas Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) em
Campina Grande - Pb, Dezembro, 1973, p.1.

A finalidade das SABs tem como linha mestra criar na comunidade um canal de participação, visando envolver o conjunto da coletividade com os problemas que o bairro apresentava, dentro de uma filosofia do bem comum. As sociedades foram registradas como entidades civis, não podendo haver discriminação de cor, ideologia política ou concepção religiosa ou filosófica.

Na verdade, o programa prático das SABs não passava, como não poderia deixar de ser, de um programa reformista, onde fazer reuniões com os poucos moradores que compareciam^m à SAB e, discutir os problemas de infraestrutura e de saúde dos bairros era suficiente.

"As pessoas que compareciam as SABs eram geralmente adultos, sendo a maioria constituída de homens. Havia também alguns jovens, porém a maioria, era de homens, operários, de nível cultural elementar, que não tinham o curso primário completo. De modo geral, os diretores das referidas SABs, possuíam um nível cultural muito baixo, e, em muitos casos, não sabem ler".²⁵ O fato de muitos não saberem ler dificultava, de certa forma, o bom andamento dos trabalhos, pois os mesmos não conheciam suas atividades específicas, etc.

Com a proliferação nos mais diversos bairros das SABs, num primeiro momento e, num segundo momento, dos Clubes de Mães; surge a profunda necessidade de unificar a luta numa entidade geral, que pudesse traçar, junto aos seus filiados toda uma linha de atuação que pudesse, de certa forma, contemplar os principais problemas que atingiam os bairros. Neste sentido, estimulada pela Escola de Serviço Social, foi criada, em 1964, a União Campinense de Equipes Sociais (UCES), que passou a funcionar nas dependências da Escola de Serviço Social, sendo a irmã Ângela Beleza a, pessoa mais destacada na orientação.

25. Op.Cit., p. 6.

tação e na educação daquela entidade geral. Por volta de 1969, sen tindo a mesma necessidade de unificar a luta dos Clubes de Mães de Campina Grande, foi criada, em 1969, a Coordenação dos Clubes de Mães (CCM). No período compreendido de 1962 a 1964, as SABs, que ain da estavam engatinhando, não chegaram a travar na verdade, grandes lu tas para suas causas, sendo a principal forma de luta a busca de so luções paliativas que, na maioria das vezes, eram resolvidas em par te pelas autoridades responsáveis; usava-se constantemente a prática de convidar o prefeito, os secretários e as lideranças políticas pa ra discutirem os problemas da comunidade.

O golpe militar de 1964, criou uma situação vexatória para o movimento comunitário. O Ato Institucional Nº 1, suspendendo as ga rantias constitucionais e estabelecendo um prazo de 60 dias, durante o qual podia cassar e suspender direitos políticos; a extensão das ligas camponesas e as diversas prisões que aconteceram nesta cidade, serviram para ceifar no nascedouro a participação ativa das lideran ças mais destacadas que estavam em formação. O BDS, partido criado para ser a base de sustentação da ditadura militar, reuniu nos seus quadros o que tinha de mais reacionário na política camponesa, pas sou a cooptar para seu esquema, sob os mais diversos meios de alicia mento, as principais lideranças do movimento de SABs, atrelando desta forma, as entidades, ^{a um} política eleitoreira e paliativa do partido do governo, mobilizando o movimento até 1968.

Com o final dos anos 60, o movimento comunitário e popular nesta cidade começou a se organizar. Greves de estudantes, protestos dos bancários, manifestação contra o aumento de pão e dos transpor tes. Neste chama é que as SABs mais combativas, que não foram coopta das, começam a travar importantes lutas políticas no âmbito esta dual, destacando-se entre outras a famosa passeata pelas ruas desta cidade da comunidade do Jeremias protestando, contra o aumento e a inconstância dos transportes coletivos que serviam aquela comunida de. A passeata foi um verdadeiro sucesso. No entanto, o exército, em

pleno centro da cidade, reprimiu violentamente os manifestantes, em 1969. Dois meses depois apareciam naquela área diversos soldados do exército, oferecendo paliativos e procurando detectar o grau de organização da comunidade, quais suas lideranças, etc., a fim de ceifar pela raiz aquela tão combativa comunidade. Com explicações que não convenceram as lideranças, apareceram no Jeremias, no mesmo período da manifestação, Assistentes Sociais e estagiárias, oferecendo-se para trabalhar junto aquele povo, mas, a comunidade não aceitou a colaboração desta equipe.

Os enfrentamentos com governadores e prefeitos que passaram pelo poder local e estadual foram muitos. A tentativa e o uso indiscriminado dos mais diversos meios de cooptação das lideranças mais combativas foi a praxe dos políticos do PDS, que buscavam a qualquer custo o atrelamento da entidade ao esquema governista e, aí das aquelas SABs que lutassem por liberdade. Entre os agentes da política do governo municipal e/ou estadual, destacaram-se assistentes sociais e estagiárias do curso de Serviço Social que, "desconhecendo" seu papel profissional, faziam o jogo do governo. Aliado do governo era também a União Campinense de Equipe Sociais (UCES), que traiu o movimento comunitário e se entregou de corpo e alma aos braços do PDS, passando a ser, na verdade o mais forte cabo eleitoral do partido do governo. Este, habilmente, distribuiu meia dúzia de empregos para familiares dos supostos líderes, comprometendo a entidade para estimular as suas filiadas a prática de festinhas de comemorações cívicas, onde políticos tradicionalmente conservadores figuravam ao lado dos pelegos da (UCES) como palestrantes e convidados especiais, aumentando desta forma o compromisso de suas filiadas com a política clientilista e mesquinha do partido da ditadura militar.

O uso indiscriminado da (UCES) para atividades comprovadamente eleitoreiras, levou paulatinamente a cair no descrédito da opinião pública.

Parcelas importante das SABs, mesmo aquelas que estavam ligadas de certa forma ao PDS, aderiram ao boicote a UCES, que passou a uma situação difícil na condução e direção do movimento comunitário.

O PODER MUNICIPAL E O MOVIMENTO COMUNITÁRIO

No final dos anos 70 e início de 80, a cidade de Campina Grande vivenciou uma profunda crise, refletindo uma conjuntura nacional complexa, tanto no plano econômico-social como no político. O Distrio Industrial começou a ser sucateado, criando como consequência um vigoroso exército de desemprego. O comércio atravessava uma acentuada recessão e como as indústrias, dispensava os funcionários.

O poder municipal e estadual, ambos do Partido Democrático Brasileiro (PDS), preocupados com seus projetos políticos mais do que com a administração, desenvolveram projetos faraônicos, de cima para baixo, tipo: Estádio Amigão, Cinema I, Shopping Center, mudança no tráfego, construções de avenidas não na área urbana, mas na área de expansão da cidade, com o nítido propósito de beneficiar terras destinadas a especulação de afilhados e protegidos políticos.

No plano social e econômico o prefeito não moveu uma palha para reativar a Walling, principal empresa do distrito industrial. Com relação às comunidades carentes, a administração municipal procurou desenvolver projetos assistencialistas, distribuindo leite e bugigangas sem atacar os problemas principais: lixo, saúde, educação, segurança, creche, lazer, liberdade de organização dos movimentos, etc.

Portanto, diante de uma situação de opressão e descalabro o povo passam a caminhar em sentido contrário à administração municipal, buscando se organizar para conquistar efetivamente suas reivindicações.

O advento da abertura política, recheado pelo pipocar em todo Brasil de diversas greves, notadamente no ABC Paulista, refletiu-se positivamente em Campina Grande, estimulando o aquecimento do movimento popular que entrou numa vigorosa fase política, onde setores representativos da sociedade - partidos políticos, Igreja e demais entidades de massa - passaram a desenvolver com mais liberdade um papel relevante na busca de organização de movimentos para conquistar suas reivindicações.

A realização de eleições para SABs de Campina Grande, mostrou uma tendência crescente de vitória da oposição, derrubando do trono das entidades os velhos "caciques" que faziam da SAB seu trampolim eleitoral. A participação de alguns sindicatos, como comerciários, bancários, metalúrgicos, entre outros, iam transitando de uma clara subserviência ao patronato à uma oposição mais avançada no campo da oposição, participando, inclusive, das grandes manifestações políticas. A UCES, de olho no processo de eleições de suas filiadas, começa a passar para um outro campo, que se não podemos chamar de oposição, pelo menos se desliga da política clientilista e eleitoral que caracterizou sua história.

A IGREJA E AS SABs

Participando diretamente desta nova conjuntura, encontramos a Igreja Católica que, empurrada pelos seus quadros mais avançados, disputa no campo da oposição a hegemonia e a direção do movimento popular em nossa cidade, movimento este que entra numa clara ascensão. A instituição desenvolve uma campanha massiva de conscientização e avangelização nos principais bairros, delimitando-se o embrião de um movimento mais constante que surge com a criação de grupos de jovens, associações de pais e mestres, grupos de casais, entre outros. O trabalho que a Igreja passou a desenvolver com mais consistência estava pautado na firme participação de setores popula

res: camponeses, subempregados, biscateiros, domésticas, jovens e alguns intelectuais, sendo majoritária a participação de pessoas comunitárias. Destacando-se como a força mais avançada e combativa das forças que sustentam o trabalho da Igreja, encontramos os grupos de jovens e a Pastoral Universitária que desenvolveram um trabalho relevante junto aos jovens e as comunidades.

Existe uma profunda articulação destas forças que trabalham na Igreja com as SABs e com o movimento popular como um todo. A vitalidade do movimento varia de comunidade para comunidade, exatamente porque está em jogo o grau de organização existente, bem como do bom andamento da aliança entre a SAB e os demais grupos. O bairro do Catolé expressa uma relativa organização no seu trabalho comunitário, tendo aquele bairro executado importantes trabalhos na área social, destacando-se a luta com o problema da pedreira, além da solidariedade que aquele povo prestou às vítimas do famigerado esquadrão da morte (mão branca).

A exemplo do trabalho no bairro do Catolé encontramos outras comunidades - Bodocongó, Malvinas, Centenário, Jeremias, Cruzeiro, destacando-se a comunidade de Santa Rosa que conseguiu estabelecer um certo grau de trabalho coletivo, que torna^s difícil separar a SAB dos grupos que atuam naquele bairro. O trabalho desta comunidade não está restrito apenas ao bairro e/ou a problemas apenas de reivindicatório, mas o seu trabalho se projeta para outros campos fazendo^s presente em quase todas as questões sociais, que de modo geral atingem as desfavorecidas.

O problema do Pedregal, onde várias famílias tinham ocupado aquela área e estavam ameaçadas de serem expulsas ou a questão da fazenda Ramadinha e Amazonas, são lutas que a comunidade de Santa Rosa, representada pelas suas lideranças travaram contra o latifúndio e a estrutura que o sustenta. Ainda, podemos citar como trabalho de relevante coragem e destimido compromisso social, a famosa passeata e ato público que a comunidade liderou contra o espírito da carestia,

bem como a histórica manifestação cívica que aquela comunidade realizou naquele bairro, contra a violência que estava campeada nesta cidade.

OS PARTIDOS POLÍTICOS E O MOVIMENTO COMUNITÁRIO

Irmanado com a luta popular que vem se desenvolvendo em Campina Grande estão presentes os partidos da oposição, que na ânsia de disputarem as massas (em nosso caso específico as entidades) propagandeiam o seu projeto político, colocando-se ao lado das causas populares como forma de conquistar a confiança e o voto de determinada parcela da sociedade. Neste aspecto, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e depois o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, agrupando no seu seio as correntes políticas de esquerda (Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), assumiram em nossa cidade tarefas históricas de organizar junto as demais forças democráticas - SABS, Clubes de Mães, DCEs, Sindicatos, etc., a resistência à ditadura militar e a organização de um movimento popular pujante, democrático, independente e atuante, objetivando a politização e conscientização do movimento popular desta terra.

As grandes manifestações cívicas que o PMDB desenvolveu nesta cidade, articulado com seus aliados, demonstrava na prática que o movimento popular podia e devia participar da construção de uma Pátria justa, sem necessitar do atrelamento e apadrinhamento do poder institucional.

A campanha pela anistia em 1979, a greve dos estudantes de UFPB, no mesmo ano, a marcha contra carestia 1981, são exemplos da profunda relação que o movimento popular tem com os partidos da oposição.

Durante o período que vai de 1979 a 1982, detectamos uma substancial alteração na composição política do município. O PDS - partido do governo que por mais de uma década controlou e tornou as enti

dades meros cabos eleitorais de sua política, passa a perder paulatimamente seus últimos redutos, mantendo apenas algumas entidades como: Mante Castelo, José Pinheiro, Palmeira, Monte Santo, Santa Terezinha, SABs dirigidas por pelegos que sustentam estas entidades por meios questionáveis.

Procurando ocupar o espaço que o PDS vem perdendo junto às entidades e o movimento popular, encontramos os partidos de esquerda - PCB, PCdoB, MR8 e o PT que têm interesse na disputa política do movimento popular, notadamente nos sindicatos e SABs, que proporcionarão a oportunidade de organizar o movimento para um caminho mais combativo e transformador da realidade. O PMDB, que de certa forma é o grande beneficiado desta luta, oferece o seu nome e o seu peso para os partidos considerados clandestinos executarem as tarefas que lhes cabe.

Por volta de 1982, o quadro político e a divisão de influência dos partidos no movimento popular, eram algo profundamente visível. O MR8, passou a influenciar e dirigir algumas SABs, além de estar disputando a presidência da UCES. Por interferência direta da polícia federal e do governo municipal, que apoiou um grupo de direita, não foi possível ganhar a eleição, perdida por quatro votos. O MR8 disputava também a presidência da Coordenação dos Clubes de Mães (CCM) conseguindo ser vitorioso naquela associação de mulheres.

O PCB tinha trabalho junto a Universidade e influenciava algumas SABs. O PT, também, estava atuando junto a Universidade e influenciava determinada associação. O PCdoB, grupo se mantinha mais afastado do PMDB, tinha certo trabalho à frente de uma associação na Universidade, além de ter influência junto a entidades estudantis.

Desta forma, os partidos que mantinham estreita ligação com o movimento comunitário eram o PMDB, por sua característica de partido grande frentista e o MR8, que apresentava uma política coerente de unidade para as SABs mais combativas.

Esta época, para o movimento popular de Campina Grande, notadamente o movimento comunitário, foi um momento de grande crescimento e amadurecimento da luta, emergindo do processo verdadeiros líderes comunitários que passaram a dirigir suas comunidades dentro de uma filosofia de combatividade e democracia.

A UCES, enquanto entidade coordenadora das SABs, caminhava a passos largos no sentido de abraçar as bandeiras populares. A ascensão do vice-presidente a presidente interino da entidade facilitou a mudança de sua política retrógrada, por uma mais afinada com a realidade. Este fato estimulou a maior participação de SABs que há anos não participavam de assembléias. No início de 1983 foram realizadas eleições na UCES, sendo eleita por expressiva maioria de votos uma chapa de oposição, composta por pessoas do PMDB, independentes, MR8, PCB e do PCdoB.

Passadas as eleições de 1982, com a vitória da oposição no plano municipal, surge toda uma expectativa do movimento popular no sentido de aprofundarem-se as conquistas importantes conseguidas dos anos anteriores. "A eleição de Ronaldo da Cunha Lima substituiu no governo municipal o grupismo corporativo anterior, compôs uma nova estrutura política mais diferenciada e com integrantes relativamente autônomos".²⁶ Com este novo quadro, o movimento comunitário procura, de certa forma, governar o município junto ao prefeito, no sentido de desenvolver uma política realmente popular e democrática. As reuniões são realizadas na UCES, onde clube de mães, clubes de jovens e o movimento popular vão discutir com o prefeito e secretários as prioridades de Campina; a escolha de lideranças comunitárias para ocupar postos no governo, ligados ao movimento comunitário são os primeiros passos a caminho da construção de um movimento comunitário participativo, atuante e independente.

26. SANTOS, Raimundo. "Campina Grande na Nova República", Diário da Borborema, Campina Grande 11 de Outubro de 1985.

A expectativa depositada na construção de uma nova Campina estimulava as SABs, Clubes de Mães e Clubes de Jovens, a desenvolverem seminários e encontros em suas entidades, visando preparar a comunidade para uma nova realidade. A participação do movimento comunitário em diversos encontros nacionais (1º e 2º Congresso da CONAM, São Paulo, 1º Congresso de Associações de Moradores do Norte e Nordeste (Bahia), encontro de Associações de Moradores - Recife, ativo nacional da CONAM - São Paulo, encontro de Associações de Moradores - Campo Grande (MT), entre outros), passou a ser estimulado pelo poder municipal que percebe nestes eventos a oportunidade dos representantes desta terra. adquiririam novas experiências para serem aplicadas neste município.

No plano prático, a prefeitura, em conjunto com as entidades, desenvolvia alguns projetos em mutirões, sendo a comunidade de Santa Rosa o carro-chefe, com os projetos de horta comunitária, meio-fio e linha d'água, entre outros. A SETRABES, secretária de Serviço Social desenvolvia importantes seminários com Assistentes Sociais e líderes comunitários, com o objetivo de preparar as comunidades para dirigirem seus destinos e não ficarem mais mendigando favores ao governo municipal. A Secretaria de Educação e Cultura, em conjunto com a Fundação Elpídio de Almeida (FELPA), desenvolveram vários trabalhos - mutirão de saúde, mutirão da educação, etc.

A tentativa da prefeitura, já no ^{Sua} primeiro ano, de discutir o orçamento municipal com o movimento popular, explodia como uma coisa nova no relacionamento ^{entre} poder municipal e as entidades democráticas.

Nesse clima de expectativa e euforia passa-se o primeiro ano do governo municipal. No plano da democracia e da criatividade, o governo deu passos avançados; no entanto, no plano econômico, de transformação da herança social dos governos anteriores, a coisa imperrava. De um lado, o município atravessava uma profunda crise econômica, agravada pela política de centralização das dotações dos municí

pios, ceifando pela raiz qualquer plano de governo mais ousado. Do outro, detectava-se uma certa repetição da política anterior, devido a erros na fixação das prioridades agravadas em muito por alguns tecnocratas que insistiam em não ouvir o povo na elaboração dos projetos.

No bojo de ^{artigos} problemas, surge um elemento que não é novo para a administração: o problema do empreguismo. A carência de emprego no município e a necessidade de sobrevivência de alguns líderes comunitários, leva a procurarem fazer parte do governo, acarretando de certa forma uma dependência objetiva com relação ao seu posicionamento político.

PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAMPINA GRANDE

O movimento popular, notadamente o comunitário atravessou um período relativamente longo - 1983 aos primeiros meses de 1984, - sem muita novidade. Destacam-se: o Congresso de fundação da Federação Paraibana de Mulheres, Invasão das Malvinas, criação da Vila dos Teimosos, o problema da Pedreira no Catolé, criação da Associação dos Mutuários, greves nas universidades Federal e FURNE, greve no 2º batalhão de polícia militar, eleições na UCES, SABs e Clubes de Mães.

Por outro lado, o governo municipal sente dificuldade em tornar sua gestão realmente participativa e popular, a exemplo de outras cidades como Lages (SC), Boa Esperança (ES), que buscaram no povo a resposta para a crise.

Com um olho na realidade que Campina esboçava e outro no profundo espaço político que o prefeito tem para ampliar a democracia e a participação do povo no governo é que surge ^{uma} idéia de ser realizado o seminário "Município, Participação e Democracia", em que esteve ^{presente} falando de suas experiências os prefeitos de Itu, Osasco, Criciúma e Olinda, cidades que tem experiências de governos populares.

O mérito do seminário é inegável, Clubes de mães, Clubes de jovens, SABs, partidos políticos e o povo em geral, participaram do evento, ^{onde} lançaram sugestões para o governo municipal, nos planos de habitação, planos alternativos de saúde comunitária, programas populares de educação, transportes coletivos, o papel dos serviços públicos na administração, cultura e lazer, formas alternativas de abastecimento e combate ao desemprego e subemprego".²⁷

Tendo em vista o sucesso do seminário e a necessidade de captar a energia e a disposição do movimento comunitário, a Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), traçou para as comunidades o projeto - Diagnóstico Comunitário -, segundo o mesmo "tem o acompanhamento e fiscalização da parte da comunidade de todas as propostas de encaminhamento das soluções aos problemas da população".²⁸

Eis os principais pontos do projeto:

- 1 - abertura e ampliação de espaço para tornar as entidades comunitárias menos burocráticas e mais atuantes, com um grau maior de capacidade de orientação à população;
- 2 - melhorar as possibilidades e condições das entidades de bairros para resolver as questões referentes às melhorias básicas de saneamento, de urbanização, habitação e lazer, superando o divórcio quanto a essa problemática vivida atualmente pela grande maioria da população periférica;
- 3 - conquistar a plena autonomia por parte das entidades comunitárias e assegurar-lhes a tomada de consciência sobre a necessidade de democratizar-se os poderes públicos;
- 4 - fortalecer e ampliar as condições de participação das populações de baixa renda em todas as atividades comunitárias, e evitar que elas fiquem alijadas e marginalizadas da vida comunitária;

27. FREITAS, Fábio. "Município e Participação," Diário da Borborema, 6.11 de Outubro de 1985.

28. Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social. "Diagnóstico do Movimento Comunitário de Campina Grande," julho, 1984. p.13 e 14.

- 5 - melhorar a definição de prioridades dos problemas e das potencialidades existentes nos bairros, favelas, conjuntos habitacionais e distritos, tendo em vista um aprimoramento dos programas de atendimento à população por parte das administrações públicas;
- 6 - ao nível municipal, deverá ainda, possibilitar a elaboração de um programa democrático de atendimento às legítimas aspirações do conjunto da população do município;
- 7 - possibilitar a elaboração e execução de amplos projetos com o intuito de solucionar ou dar encaminhamento aos problemas das comunidades, através da celebração de convênios com distintos órgãos públicos e privados;
- 8 - destacar os problemas que respondem por certo imobilismo de algumas entidades comunitárias, permitindo detectar suas origens e apontar as soluções cabíveis;
- 9 - assegurar constantes discursos e avaliações sobre os problemas existentes aos bairros, bem como possibilitar o acompanhamento do desenrolar das atividades comunitárias;
- 10 - favorecer a criação de Conselhos Comunitários que congreguem as diversas entidades representativas da sociedade campinense, capazes de colaborar para a definição de prioridades e de assessorar os poderes públicos na superação dos problemas existentes, assegurando um planejamento efetivo e a execução coerente da política de ação comunitária; e
- 11 - organizar encontros, seminários, congressos periódicos onde sejam discutidas as causas e se apontem as soluções para a gama enorme de problemas afetos à vida comunitária.

O movimento comunitário hoje, apresenta um quadro que de certa forma está longe de seu ideal. A criação ^{e atuação} da Federação Paraibana de Associações Comunitária (FEPAC) - entidade criada pelo governo do Estado com o objetivo de desenvolver uma política clientilista, principalmente em Campina Grande, onde por força de muito dinheiro e respaldada por antigos "caciques" que foram expulsos das SABs, tenta disputar com a UCES a hegemonia do movimento comunitário, deixando claro a sua posição golpista e atrasada.

No campo prático, não obstante as dificuldades, está existindo uma relativa participação do nosso movimento comunitário em congressos e encontros nos grandes centros do país. Nos últimos anos, o movimento participou de forma organizada da grande campanha pelas diretas onde clubes de mães, clubes de jovens e as SABs, colocaram -se abertamente a favor de profundas mudanças na estrutura econômica-social e política do país, bem como de um candidato único das oposições que pudesse aplicar na prática um projeto de transformação. A UCES hoje, congrega 30 SABs; a CCM 35 Clubes de Mães e a Coordenação dos Clubes de Jovens mais de 35 clubes, Realizaram no mês de Agosto ' /85, um importante seminário "Participação Comunitária" que teve a presença de políticos, líderes comunitários, secretários municipais, o prefeito municipal, além de parcela importante do poder civil que avaliaram durante dois dias, a conjuntura política nacional e municipal na tentativa de trçarem conjuntamente, prefeitura e movimento ' comunitário, um projeto de ação para Campina Grande.

C O N C L U S Ã O

Ao iniciarmos o presente trabalho éramos levados por uma série de indagações, das quais elegemos as mais significativas como ponto central de nossa pesquisa e reflexão que nos propusemos a empreender.

No primeiro momento discutimos a visão de diversos cientistas sociais que, de maneira geral, entendem os movimentos sociais urbanos como expressão da contradição de classes que move e consubstancia o modo de produção capitalista. Os movimentos sociais, na verdade, surgem no Brasil com mais intensidade a partir dos anos 30, no governo de Vargas e ganha maior dimensão com os governos populistas nos anos 50 e início de 60, sofrendo uma relativa baixa em 1964, resurgindo com mais força na primeira metade dos anos 70, desenvolvendo-se e tomando corpo e consciência com a articulação e a experiência acumulada.

Na verdade, procuramos nos deter com mais profundidade no movimento comunitário que tem sua vertente a partir dos problemas surgidos nos bairros e periferias, caracterizando-se pelo seu conteúdo policlassista, ecumênico e suprapartidário, despido de qualquer concepção unitária de filosofia, religião, política, etc.

Na segunda parte, procuramos estudar o surgimento do movimento comunitário em Campina Grande, onde de certa forma discutimos a influência e os erros que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) cometeu no comando do movimento comunitário local, que fechou as entidades ceifando o surgimento de novas lideranças da luta.

A partir dos anos 60, o movimento tomou uma direção nitidamente reformista, tendo a frente a Escola de Serviço Social, que expressando o pensamento da burguesia e as propostas do poder local, dominou o movimento por muitos anos. Durante a década de 60 e início dos anos 70, praticamente não houve grandes lutas no campo comunitário, exceto histórica passeata da comunidade do Jeremias, protestando contra a ineficácia dos transportes coletivos.

Com o final dos anos 70 e início dos anos 80, o movimento comunitário desta terra, entra numa fase claramente fértil de sua história, onde nos aproveitamos neste trabalho para analisar e tentar compreender a histórica dependência do movimento comunitário ao partido que se encontra no poder, bem como o tipo de relação que o mesmo estabelece com o movimento popular, a Igreja e os partidos realmente de oposição, o que na verdade é o relacionamento paterno e de ajuda mútua.

B I B L I O G R A F I A

1. WANDERLEY, L. Eduardo - "Movimentos Sociais Urbanos". In: Pastoral Urbana : série Teologia em Diálogo, São Paulo, Paulinas, 1980
2. CARVALHO, Antonio Ivo de . Movimento de Bairro e Política. São Paulo, abril, 1978 (mimeografado).
3. DOIMO, Ana Maria - Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 22
4. MOISÉS, J. Álvaro. Classes Populares e Protesto Urbano, São Paulo, FFLCH, USP, 1978 (tese doutorado).
5. SANTOS, Carlos Nelson F. Movimentos Urbanos do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 240.
6. CASTELLS. Manuel. "Pobreza Urbana e Organização Social: Análise Comparativa de Movimentos Sociais em Assentamento Espontâneos na América Latina". Recife, Dezembro, 1978.
7. BORJA, Jordi. Movimentos Sociales Urbanos. Buenos Aires, Nueva Visión, 1975.
8. MOISÉS, J. Álvaro. "Elementos para a Crítica da Ação Profissional sob o Pressuposto da Participação Social", Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 1, São Paulo, Cortez, Setembro, 1979.
9. KLEINSHMIDT, Carin e SILVA, Jorgina Maria da - Movimento Popular e Serviço Social, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 34.
10. SINGER, Paul & BRANT, V. Caldeira. São Paulo O Povo em Movimento. São Paulo, Vozes, 1980, p. 87.
11. LIMA, Luiz Gonzaga de Souza, Alternativas Populares da Democracia Brasil anos 80, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 50.
12. ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia & RIBEIRO, Marcus Venício - História da Sociedade Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livro Técnico S.A., 1983, p. 318.

13. PERREIRA, José Peba. Militante do PCB e Líder Sindical da década de 40 a 60, (entrevistado)
14. FATEIRAS: mulheres que desenvolvem a função de tratar fatos de animais.
15. FONTES, Iedo Leite. "Finalmente o que é uma SAB?", Campina Grande Agosto, 1982, p. 1 - Manifesto.
16. Revista do Município de Campina Grande, 1962, p. 39.
17. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1978, p. 120.
18. SANTOS, Lindauria Pereira dos. Uma Análise da Atuação do Assistente Social, nas Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) em Campina Grande, Pb, Dezembro, 1973, p. 1
19. SANTOS, Raimundo. "Campina Grande na Nova República", Diário da Borborema, Campina Grande 11 de Outubro de 1985.
20. FREITAS, Fábio. "Município e Participação", Diário da Borborema, Campina Grande, 11 de Outubro de 1985.
21. PETRINI, João Carlos. CEBs- Um Novo Sujeito Popular, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
22. AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, São Paulo, Cortez, 1988.

“Uma mobilização geral”

Eronides Barbosa
-líder comunitário

A cidade de Campina Grande desponta no cenário econômico do Estado numa posição de relevante privilégio, nos setores primário, secundário e terciário. Localizada no entroncamento de duas importantes rodovias - BR-230 e BR-104, conseguiu ao longo de sua brilhante história ser o principal entreposto comercial, polarizando todo o compartimento da Borborema e cidades do interior do Estado, além de manter intenso comércio com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Maranhão e outras regiões do País.

Em outros setores da atividade econômica como prestação de serviços, comércio e indústria, Campina tem se destacado no plano nacional e internacional.

Não obstante, apesar dos grandes avanços desta cidade, a conjuntura atual espelha uma realidade adversa, onde emerge o caos em praticamente todos os setores da vida urbana e rural do município, atingindo brutalmente as populações de baixa renda que em última instância pagam o ônus da crise.

Podemos destacar nesta cidade, os aspectos que foram mais castigados com a síndrome da bancarrota geral:

O Distrito Industrial que foi fundado na década de 60, para o qual convergiram numerosas empresas, chegando a ser considerado pela SUDENE como a cidade mais industrializada do Nordeste, hoje, existe no mesmo o sucateamento das indústrias e o desespero dos trabalhadores.

Habitação- Segundo dados da COPLAN, o déficit em habitação é terrível, o que estimula a invasão de conjuntos e surgimento de habitação sub-humanas e favelas que são em número de 18, correspondendo a 12% da população da cidade.

Saúde- Apesar da cidade contar com um bom número de hospitais e postos de saúde, a população, principalmente crianças e velhos morrem todos os dias sem o



Eronildo Barbosa - secretário da SAB de Santa Rosa

mínimo de assistência médico-hospitalar, vítimas da subnutrição e da medicina curativa ao invés da preventiva.

Reforma Urbana- Considerando o alto valor do IPTU pago pelas populações mais carentes, necessário se faz, uma profunda reforma urbana com o objetivo de triplicar o IPTU dos grandes edifícios e casas, principalmente onde funcionam bancos e lojas; como forma de anistiar populações mais pobres.

Saneamento Básico- Na verdade, apenas 30% das ruas de nossa cidade foram completadas com o saneamento básico, ficando a mercê da própria sorte o restante das ruas que convivem diariamente com as mais diversas doenças, provocadas por águas estagnadas etc.

Lixo- O problema realmente desafia o Poder Municipal e agride a população. Com uma produção de 218 toneladas/dia e um volume de 709 m³/dia, a frota existente retira apenas 83 toneladas, ficando um déficit diário de 135 toneladas amontoadas nas ruas (fonte COPLAN).

Educação- Quase 50% da população sob escolarização tem permanecido fora do sistema regular de ensino, no período 1979/1983, contando hoje, com mais de 26 mil crianças em idade escolar

fora das salas de aula por falta de vagas.

Agricultura- O problema agrícola em nossa cidade e áreas de influência se torna a cada dia mais grave, devido a expropriação camponesa que vem se realizando no campo, principalmente na zona conhecida como “Cinturão Verde” de Campina, onde latifundiários e especuladores desenvolvem a pecuária, consomem granjas, plantam capim ou estimulam loteamentos em detrimento da produção de roças e sobrevivência dos camponeses.

Segurança- A questão em nossa cidade é profundamente séria, fazendo-se necessário o desenvolvimento por parte da Secretaria de Segurança Pública e Instituições interessadas, um projeto que possa integrar o Homem no convívio social, evitando assim, o desenvolvimento da crescente e alarmante insegurança que impera na Rainha da Borborema.

Cultura- A nossa cidade na verdade, não possui um núcleo cultural onde artistas, intelectuais e interessados no mundo da ciência e da Cultura possam usar como meio de difundir sua arte e promover debates, conferências, etc. sobre os mais diversos temas.

as prioridades de Campina?